



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 194 / JULHO-AGOSTO 2019 / WWW.STML.PT

PREÇO: 0,01€



EMERGÊNCIA NACIONAL! AUMENTO GERAL DOS SALÁRIOS SALÁRIO MÍNIMO NACIONAL 850€



DESTAQUES DESTE NÚMERO

- 3 **Limpeza urbana na CML: a cronologia da verdade!**
- 4 **A desorganização institucionalizada nas mudanças de instalações**
- 6 **Sapadores Bombeiros: Uma profissão de desgaste rápido!**
- 10 **A erosão da memória histórica e do património cultural da cidade**
- 14 **Os “Ladrões de Pensões” continuam a rondar...**
- 17 **Manifestação Nacional da CGTP-IN: por melhores salários e mais direitos!**
- 20 **Por uma (verdadeira) política de esquerda**



o trabalhador do município de Lisboa

BOLETIM INFORMATIVO Nº 194 – JULHO-AGOSTO 2019

WWW.STML.PT

Director Vítor Reis

Corpo Redactorial Luís Dias, Paula Lourenço, Paula Correia, Tiago Lopes, José Oliveira, João Gaio, Rogério Rodrigues e Henrique Bastos

Propriedade

Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa (STML)

Administração e Redacção

Rua de São Lázaro, 66 – 1.º, 1150-333 LISBOA

Telefones 218 885 430/35

Periodicidade Bimestral

Distribuição Gratuita aos Sócios do Sindicato

Tiragem 4.000 exemplares

Preço de capa 0,01€

Número de Identificação Fiscal 500 850 194

Depósito Legal 17.274/87

PROTOCOLOS STML

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Escola Superior de Educação João de Deus

Grupo Lusófona

Instituto Superior de Educação e Ciências

Instituto Superior de Tecnologias Avançadas

Universidade Lusíada

BANCA E SEGUROS

Ponto Seguro, mediação de seguros

Millenium BCP

DS Seguros Seixal Santa Marta

TURISMO

Campiférias

Fpalmela – Aldeamento Turístico de Palmela

Viagens Falcon

OUTROS

ANDST – Associação Nacional de Deficientes e Sinistrados do Trabalho

Cartão BP Plus

Escola de Condução ENAL

Lancaster College – Escola de Línguas

Mind Project

EDITORIAL

Os primeiros sete meses deste ano são marcados pela luta dos trabalhadores, e os da Administração Pública (AP) em particular. A reivindicação por melhores salários, está no centro de um processo que há pelo menos uma década não tem a resposta exigida no sector do Estado. Estejam no governo PS, PSD ou CDS, aliados ou em coligações pré ou pós-eleitorais, a verdade é que os direitos e os interesses dos trabalhadores, para estes partidos, não são uma prioridade.

Mas se a valorização salarial é uma urgência, não se desvalorizam as matérias que tanto tem prejudicado os trabalhadores ao longo dos anos, como as carreiras, a aposentação, a identificação das profissões de desgaste rápido, regulamentação e actualização dos complementos (trabalho extraordinário, RIP, subsídio de almoço), revogação do siadap, reposição dos dias de férias, quotização absurda para a ADSE, entre muitas outras.

Da greve nacional da AP de 15 de Fevereiro, à manifestação da administração local de 20 de Março, à manifestação nacional da AP de 10 de Maio e, mais recentemente, à jornada de luta nacional convocada pela CGTP-IN de 10 de Julho, são apenas alguns exemplos de que só o caminho da mobilização e participação geral pode abrir espaço à resolução dos problemas que a todos os trabalhadores da AP (central, local e regional), dizem respeito. Baixar os braços, ou reproduzir desabafos e insatisfações à 'porta fechada', não nos ajudam a alcançar o que desejamos e exigimos justa e legitimamente.

No que concerne à realidade muito própria dos trabalhadores do município de Lisboa, multiplicam-se as más práticas de quem julga ter o "rei na barriga".

Na CML, despreza-se o que o próprio Executivo fez publicar em Boletim Municipal, sobre mudanças de serviços e transferência de trabalhadores ("equipa multidisciplinar" sob direção da DMRH). Vive-se, com intervalos cada vez mais curtos, processos carregados de atropelos aos trabalhadores e aos próprios municípios, considerando que a qualidade do serviço público municipal sofre com as opções de quem aplica uma política do "quero, posso e mando". Exemplos nos sectores de actividade da Limpeza Urbana/Remoção, da Direção Municipal da Cultura, do Departamento de Direitos Sociais, dos Julgados de Paz, do Urbanismo...

Nas Juntas de Freguesia, os trabalhadores de Campolide atingem o limite da paciência, novamente demonstrada à porta da sede da Junta. No Lumiar, é a capacidade de união e mobilização dos trabalhadores que nos aproxima da resolução dos seus problemas. Em Alvalade, finalmente celebrado novo ACEP com mais 3 dias de férias por ano (com avaliação positiva), entre outras matérias. Em São Vicente, como no Lumiar, caminho idêntico está perto de ser alcançado. Contudo, muitas são as freguesias onde os trabalhadores têm que resistir permanentemente e exigir respeito pelas suas condições de trabalho, pelos seus direitos, pela sua vida. Casos mais gritantes nos Olivais e Santa Clara, Benfica e São Domingos de Benfica, Estrela e Belém, Alcântara e Santa Maria Maior, Areeiro e Avenidas Novas.

Nas empresas municipais, realça-se a identificação e procura de soluções aos inúmeros problemas de saúde e segurança nos locais de trabalho da Gebalis. Problemas que para a sua resolução, dependem exclusivamente da vontade do actual CA. Na Egeac, após a última reunião de negociação salarial para 2019 (a 5 de Julho), parece termos entrado num processo idêntico ao de 2018, pelo menos na estratégia em arrastar respostas às exigências dos trabalhadores.

Para todas estas realidades, as reivindicações são conhecidas, o caminho para as alcançar está traçado, falta apenas aliar a força dos trabalhadores, peça essencial na resolução dos seus próprios problemas. Ao seu lado, estará sempre este Sindicato, o STML!



Limpeza urbana na CML: a cronologia da verdade!

A concentração dos cantoneiros no Centro Operacional de Remoção (COR), nos Olivais, sempre mereceu da parte do STML atenção elevada. Justificação face à complexidade dos problemas que estão, ou poderão vir estar em causa, no campo das condições de saúde e segurança das instalações, critérios de seleção, transportes e estacionamento, além dos horários de trabalho.

A **5 de Abril**, por solicitação do Sindicato, teve lugar uma reunião com o Vice-Presidente da autarquia e com Vereador responsável pela Higiene Urbana. Também presentes a Direção Municipal dos Recursos Humanos (DMRH) e a Direção Municipal da Higiene Urbana (DMHU)

Nessa reunião foram apresentados pela CML, os critérios de selecção dos cantoneiros de limpeza que iriam para o COR e os que permanecem nos postos avançados; soluções de estacionamento e transporte colectivo; abertura no período nocturno do refeitório e do posto médico e a organização do tempo de trabalho (COR e NOR). Sobre este último ponto, a CML propôs horários desfasados para o período nocturno e jornada de trabalho seguida para o período diurno. Foi ainda assumido pelo Executivo, que nenhum trabalhador teria diminuição de rendimentos.

Ainda **durante o mês de Abril**, o STML realizou plenários no NOR e nos diversos postos de limpeza onde essencialmente se discutiram os horários propostos pela CML. Face à vontade da maioria dos trabalhadores, ficou decidido não aceitar o desfasamento do horário para o período nocturno. Já para o período diurno, os trabalhadores aceitaram a alteração proposta.

Foram estas conclusões que o STML apresentou e defendeu na reunião de 9 de maio, novamente com o Vice-Presidente e com o Vereador da Higiene Urbana. A CML/DMHU abandonou a proposta de alteração dos horários para o período nocturno. A 3 de Junho, esta decisão é reforçada formalmente pela DMRH (através de ofício enviado ao STML).

Entretanto, em **inícios de Junho**, surgiu o problema do estacionamento na zona envolvente ao CM dos Olivais. Sem aviso prévio, a EMEL passaria a cobrar estacionamento. O STML inter-

veio de imediato junto do Executivo, da DMHU e do DMRH, obtendo o compromisso do Vice-Presidente, que os parquímetros só entrariam em funcionamento no fim de Agosto. Até lá, a CML providenciaria espaço adequado para o estacionamento (desocupando o terreno junto ao Edifício do Entrepasto).

A **7 de Junho**, o STML voltou a reunir com Vice-Presidente, com a DMHU e DMRH. O objectivo passou por confirmar tudo o que até aí tinha sido debatido e assumido. Em síntese, para o período nocturno, mantém-se os horários para os condutores (22h00 às 04h00), e cantoneiros (23h00 às 05h00). Sublinha-se que a antecipação da entrada (de uma hora), entrará em vigor quando estiverem reunidas as condições nesse sentido. No período diurno, com entrada em vigor a 17 de Junho, o horário passa a ser das 06h00 às 12h00 e das 13h00 às 19h00, quer para cantoneiros e condutores, podendo estes últimos entrar 30m mais cedo para verificação da viatura.

Mais uma vez e por exigência do STML, o Executivo arroga, que as alterações referidas, não constituirão qualquer perda de direitos e rendimentos para os trabalhadores.

Por último, nos plenários realizados entre fins de Junho e inícios de Julho em todos os postos de limpeza e nas garagens (no período diurno e nocturno), foram prestados todos os esclarecimentos necessários sobre estes e outros assuntos. Registam-se outros problemas, que já motivaram a intervenção do STML junto das Chefias da DMHU/DHU/DLU, sobre o trabalho que os prestadores de serviços (recibos-verdes), estão a realizar interuptamente por demasiado tempo sem direito a descanso (duas semanas por exemplo), sendo-lhes negado o direito ao gozo da devida folga. Foi reafirmado pelas responsáveis hierárquicas, que iriam corrigir esta situação, já que não existe qualquer orientação superior que justifique esta prática. O STML sublinha e alerta para o facto de não existir, no caso dos trabalhadores a recibos-verdes, a figura de “faltas injustificadas”. Daí que, estarmos informados e esclarecidos, se revela essencial para combater o discurso que “alguns” gostam de assumir (apenas para intimidar e limitar o exercício dos nossos direitos).



A desorganização institucionalizada

Têm-se verificado nos últimos três anos mudanças frequentes de instalações por diversos motivos, nomeadamente pela venda de património municipal (em que reservamos a opinião quanto à oportunidade e à qualidade destes “negócios”), seja por obras de beneficiação do edificado, ainda pela necessidade de instalação de outros serviços, ou por medidas de gestão de acordo com a visão do Executivo quanto à “concentração” em alguns locais da cidade.

As mudanças de instalações causam sempre constrangimentos aos trabalhadores envolvidos, alterando mais ou menos as suas rotinas de transporte e de organização da vida familiar. Também para o serviço público municipal, as mudanças tornam-se perniciosas, levando os serviços a um desempenho deficitário, durante períodos mais ou menos prolongados.

Todas as mudanças, à margem das razões apontadas, têm um ponto em comum: a falta de planeamento. Desde há muito que o STML tem vindo a exigir à CML, que estes processos sejam devidamente ponderados, programados e explicados aos respectivos trabalhadores.

Há cerca de 3 anos, o STML chegou a um entendimento com a CML sobre este assunto: Ser a DMRH a conduzir o processo, constituindo uma equipa multidisciplinar, composta pelo DSHS, que deve verificar as condições de Saúde e Segurança nas futuras instalações, pela DMMC, a quem compete proceder às obras de reparação e à revisão da instalação eléctrica e ao DSI, que deve

garantir a rede informática. À DMRH/DGRH, compete ainda auscultar todos os trabalhadores de forma a perceber e decidir em função das suas necessidades e/ou constrangimentos pessoais. Em paralelo, deve também a DMRH convocar Sindicatos e Representantes dos Trabalhadores para a Saúde e Segurança no Trabalho para, em conjunto com os trabalhadores dos serviços em questão, visitarem previamente os novos locais de trabalho, avaliando e procedendo à correcção de eventuais problemas.

A matriz organizacional que sustenta a referida “equipa multidisciplinar”, foi inclusive publicada em Boletim Municipal. Infelizmente, todo este procedimento não é tido em conta na maioria das situações, repetindo-se erros que causam, como seria expectável, enorme confusão no seio dos trabalhadores, além de paralisar praticamente o funcionamento dos serviços.

ALGUNS EXEMPLOS:

DMEVAE e DMHU

Após a venda dos terrenos de Alcântara ao Grupo Mello Saúde (por um euro acima do preço estabelecido pela CML), os trabalhadores e serviços que ali estavam sediados foram transferidos para o Edifício Entrepasto nos Olivais. Desde logo o STML interveio colocando uma série de dúvidas quanto à qualidade das condições de trabalho que seriam disponibilizadas no espaço alugado por 5 anos e 3,5 milhões de euros. Posteriormente foram transferidos para este destino os trabalhadores e serviços



nas mudanças de instalações

que se encontravam no Complexo da Boavista, com a justificação que este edificado estaria para ser alienado (situação que não se veio depois a verificar). Como observado e criticado na altura, a mudança abrupta e forçada terá tido como única justificação o valor astronómico que a CML se comprometeu a pagar pelo Entreposto.

Serviço Municipal de Protecção Civil (SMPC)

Como o propósito de acomodar os novos elementos para a Polícia Municipal, os trabalhadores do SMPC são obrigados a abandonar as instalações da Praça de Espanha, especialmente concebidas para este serviço público. Uma rápida intervenção dos trabalhadores e STML, veio repor a normalidade possível no processo. O Executivo realocizou no Complexo Municipal da Cruz das Oliveiras, no Monsanto, a SMPC. Contudo, muitos dos problemas na altura identificados, ainda hoje estão por resolver.

Direcção Municipal da Cultura

Há mais de dois anos que se tornou público a alienação do Palácio do Machadinho (com período de carência até Junho de 2019). O STML alertou para que fossem tomadas as medidas inerentes à mudança. A 17 de Junho último, aquando da visita ao Complexo da Boavista, ainda decorriam obras numa parte do Complexo, não se sabendo quando estariam concluídas.

Departamento dos Direitos Sociais

Inesperadamente, os trabalhadores foram confrontados com a necessidade urgente em saírem do edifício do Campo Grande, face à contratação decidida para reforçar a área do urbanismo.

A CML não mediu em nenhum momento os impactos que a mudança para o Complexo da Boavista, teriam no funcionamento do Departamento e junto dos munícipes para quem trabalham.

Centro Operacional de Remoção (COR), Olivais

O Executivo pretende concentrar nestas instalações todos os cantoneiros de limpeza (500) afectos à recolha de resíduos. Não se compreende como um projecto feito de raiz para este fim, tenha erros de concepção inadmissíveis. Não foi previsto espaço para as ferramentas utilizadas diariamente, tendo-se improvisado uma solução alternativa de acesso complicado. Pior ainda, não foi tido em conta que de um grupo como este, fazem parte encarregados gerais e operacionais e pessoal administrativo, não havendo no momento instalações que os acomodem convenientemente. Mais uma vez, recorreu-se ao 'improvisado'. Situação carregada de constrangimentos, numa altura em que apenas se encontram no COR, cerca de 20% dos trabalhadores previstos. Só agora foi lançado um concurso para a ampliação necessária, desconhecendo-se prazos até à sua conclusão. Como se não bastasse, a copa existente, é insuficiente para o número de trabalhadores previstos.

Biblioteca-Museu «República e Resistência»

Pela comunicação social, ficou-se a saber do seu encerramento para obras. Em reunião solicitada pelo STML, a vereadora transmitiu que os trabalhadores serão distribuídos por outros equipamentos e que as obras demorarão um ano. A partir de aqui, soma-se um conjunto de incógnitas que resumimos noutra artigo desta edição.



Mudança da DMC para o Complexo da Boavista

A anunciada transferência dos trabalhadores da Direção Municipal de Cultura (DMC) para o Complexo da Boavista, na Rua D. Luís I e Rua da Boavista, foi concluída no final do último mês de Junho. Ao contrário daquilo que eram as legítimas expectativas de todos, o cenário encontrado deixa muito a desejar. Este é apenas mais um capítulo pouco dignificante daquilo que tem sido a desastrosa política para a Cultura do executivo PS/BE.

Em Dezembro do ano passado, quando Catarina Vaz Pinto, vereadora da Cultura, anunciou a transferência dos serviços da DMC para o Complexo da Boavista, estavam os mais de 150 trabalhadores do Palácio do Machado longe de imaginar que, em primeiro, a CML não iria fazer um “significativo” investimento nas reabilitações devido ao carácter provisório da permanência dos serviços no local; em segundo, que para além da DMC, uma das alas (a nascente) viria a ser ocupada maioritariamente pelos cerca de 80 trabalhadores do Departamento de Direitos Sociais (DDS), despejados à força do Campo Grande, o que obrigou a uma redução substancial do espaço disponível para os serviços da DMC.

Dado o benefício deste segundo ponto ser, à data do anúncio, ainda do desconhecimento da vereadora do pelouro, conclui-se que quem manda verdadeiramente na CML e toma as decisões que têm implicação directa na vida laboral dos trabalhadores da autarquia (e conseqüentemente na própria cidade) é o vereador com o pelouro do Urbanismo, Manuel Salgado. Ora, foi por decisão e interesse expresso do vereador que se desencadeou o efeito dominó que veio a colocar mais de 200 trabalhadores da DMC e DDS na Boavista, acrescidos ainda dos serviços de higiene urbana (CML e Juntas), trabalhadores do refeitório e dos CTT.

Perante a irredutibilidade da CML em ouvir os trabalhadores do DDS quanto às razões pelas quais a larga maioria dos trabalhadores se opunha a esta mudança, acabou a DMC por ser forçada a instalar os seus trabalhadores em espaços que não cumprem algumas das mais elementares regras de saúde e segurança no trabalho.

Na visita realizada dias antes da instalação da DMC na Boavista, foram apontados múltiplas preocupações, nomeadamente: a falta de sinalização em escadas e outros obstáculos arquitetónicos; um corredor em água-furtada com vigas de ferro a descoberto, propensas a ferir com gravidade algum trabalhador ou utente; a falta de telas ou estores em algumas janelas; a insuficiência de luz natural e ventilação noutras (sobretudo os sótãos); os aparelhos de ar condicionado insuficientes para a quantidade de trabalhadores residentes; ou o reduzido número de instalações sanitárias de que o complexo no seu todo dispõe.

Entretanto, e ao contrário daquilo que os dirigentes da DMC sempre afirmaram, no Complexo da Boavista não há apenas monos, papel e cartão ou vidro na zona adstrita às juntas de freguesia que o usam como posto de limpeza urbana. Muito grave: existem resíduos orgânicos a céu aberto e os trabalhadores das juntas usam parte do complexo para proceder à limpeza de contentores, acumulando-se águas contaminadas em zonas de acesso aos edifícios e passagens. O cheiro do lixo acaba por ser o mal menor se pensarmos que a maior parte dos trabalhadores pode correr sérios riscos de saúde.

A tudo isto, parece o executivo de Fernando Medina passivo. Pode “não ser a Síria”, Sr. Presidente, mas estamos longe, muito longe de dignificar os trabalhadores e também os munícipes que serão acolhidos neste Complexo da Boavista. Digamos que o “cartão de visita” da autarquia perante a cidade não é propriamente o melhor, caso algum convidado da Agenda Cultural ou algum agente cultural da cidade venha a “visitar-nos”. E o que dizer de cidadãos com mobilidade reduzida ou outro tipo de deficiência que tenham de recorrer aos serviços da DDS?

Quanto à Cultura mais concretamente, e como temos vindo a denunciar no nosso boletim, este é mais um capítulo do desastre da política cultural da cidade a juntar ao encerramento do Teatro Maria Matos, às incógnitas quanto ao futuro da Biblioteca «República e Resistência» e todo um conjunto de problemas que se arrastam no tempo no que concerne ao Arquivo Municipal e outros serviços da DMC.



Executivo secundariza os seus compromissos na área social com a cidade

Em Março, os trabalhadores do Departamento dos Direitos Sociais (DDS) ficaram a conhecer as intenções do Executivo municipal em os retirar do Edifício Central do Campo Grande para os reinstalar no Complexo da Boavista. Um conjunto de iniciativas foram realizadas pelo STML com os trabalhadores, com o objectivo de denunciar as consequências de uma decisão política que em nada serve os interesses da cidade e dos munícipes. A 18 de Junho, o STML interveio sobre este assunto, na sessão pública da Assembleia Municipal de Lisboa. O teor dessa intervenção mantém-se actual e daí a reproduzimos no essencial.

—+—+—

Nos últimos anos, inúmeros serviços municipais têm sido alvo de sucessivos processos de reorganização e mudança de instalações. Uma tônica parece sobressair nas opções deste Executivo: falta de planeamento, de consideração pelo conhecimento técnico e experiência acumulada de quem corporiza estes serviços, com o relativo desprendimento pelas consequências dessas mesmas opções.

Em 2006, o DDS sai do Campo Grande e instala-se no Palácio do Machadinho, para em 2011 regressar ao Campo Grande, para em 2019 sair para a Boavista... Do Campo Grande saem perto de 74 profissionais. Não esquecendo ainda o número considerável de voluntários, que já afirmaram não estarem disponíveis no caso da mudança se concretizar.

O Executivo gaba-se de envolver trabalhadores e sindicatos nestes processos, construindo uma retórica de abertura democrática e respeito pelos seus direitos. O STML não desvaloriza esta postura, se comparada com outros Executivos, com outros passados... Todavia, não basta reunir e dialogar. É indispensável importar o conhecimento fundamentado dos trabalhadores nas referidas decisões. Tal não acontece no exemplo do DDS.

(...)

Expressámos isso mesmo em Abril, nas reuniões com o Vereador dos direitos sociais (que se opõe à decisão do Executivo do qual faz parte), e com o Vice-Presidente. Também o fizemos na reunião pública de câmara, a 29 de Maio.

Nesta opção, alega a CML necessidades de espaço no edifício do Campo Grande, face ao reforço do número de técnicos na área do urbanismo. Da avaliação feita, concluíram que o DDS poderia

ser preterido, transferindo-o para outro ponto da cidade.

Interessa sublinhar o compromisso do Vice-presidente com o Sindicato, em proceder a uma nova reavaliação dos espaços no Campo Grande, procurando, num último esforço, manter o DDS nestas instalações. Este compromisso não foi respeitado e o argumento técnico, dilui-se na lógica do “quero, posso e mando”, sinónimo de uma vontade política de quem afirma ser sensível às opiniões dos trabalhadores, sem, contudo, as considerar na prática.

A concretizar-se a transferência do DDS, ergue-se um horizonte sombrio sobre os projectos de natureza social que a autarquia tem desenvolvido nos últimos anos, quer junto dos munícipes em situação de vulnerabilidade, mas também com as associações que os apoiam.

O Executivo afirma garantir o *atendimento*. Esquece-se, todavia, que o atendimento na área social não se compadece com os habituais procedimentos burocrático-administrativos, antes obriga a uma intervenção específica, de sensibilidade, flexibilidade e informalidade. Um quadro organizacional possível no Edifício do Campo Grande. Espaço central e privilegiado onde positivamente se responde a uma realidade social própria, através de profissionais empenhados e conhecedores das debilidades sociais da nossa cidade e daqueles que as sentem em primeiro lugar.

Uma constatação supostamente irrelevante e até despropositada para o actual Executivo. Em contraponto, o urbanismo, e tudo o que lhe está associado, parece ser a única prioridade a considerar. Resta-nos questionar:

1. Será sério o argumento da falta de espaço no Campo Grande para o DDS?
2. Quais as prioridades do Executivo na área social, conhecendo os alertas deixados por aqueles que melhor conhecem esta realidade?
3. Que tipo de motivação e disponibilidade julga o Executivo alcançar junto dos trabalhadores, com a sua mudança forçada?
4. Que consequências está o Executivo disposto a aceitar, face aos constrangimentos expectáveis junto daqueles que dependem, interagem ou são parceiros da CML nas várias áreas de intervenção social?

—+—+—

Da parte do Executivo PS/BE a habitual “cassete”...

Sapadores Bombeiros Uma profissão de desgaste rápido! Para quando o verdadeiro reconhecimento?



Facilmente se concorda, de quase forma unânime, que a população em geral respeita, considera e eleva os bombeiros. Univo-camente, também com facilidade se concorda que a população, de uma forma geral, vem em defesa e dignificação dos mesmos, quando os acidentes graves e catástrofes sucedem, sobretudo quando os vêem completamente esgotados nas várias plataformas utilizadas pela comunicação social. Inundam com “reações virtuais” quase tudo a que a eles diz respeito e fazem milhares de comentários de apoio, solidariedade e agradecimento nas redes sociais. A opinião pública entende e tem noção da importância social dos bombeiros e do elevado interesse público que esta actividade representa para a sociedade.

Também sabe que os bombeiros profissionais, bem guarnecidos, quer em termos de veículos e equipamentos, quer em termos de formação e preparação, numa equação simples, são um esteio imprescindível para a vida, segurança e bem-estar das populações.

Porém, é importantíssimo referir que esse é apenas um sentimento comumente partilhado, não se refletindo o seu efeito nas mais variadas formas em que é possível à sociedade premiar e gratificar (a nível de quem governa, regulamenta e legisla), em termos de prerrogativas de natureza profissional e no âmbito dos respectivos direitos e salvaguardas possíveis, com vista a corrigir um desequilíbrio sistémico de esforço-recompensa ao longo de muitos anos de actividade, de uma vida permanentemente dedicada aos outros. Acresce que desta actividade, decorrem as consequências no campo de uma idade em franco

declínio físico, mental e emocional, com constantes, efectivos e elevados riscos, perigos e desgaste para a sua segurança e vida, onde, em muitas circunstâncias, o bem-estar pessoal foi largamente comprometido em detrimento de outros.

Pensamos que qualquer cidadão que coloque a mão na consciência pensará inevitavelmente assim. É inadmissível e impensável ter homens e mulheres a fazer socorro a partir dos 50 anos de idade, e muito menos, depois de tantos anos de consequente desgaste e privações, com elevados impactos nos mesmos, empurrá-los para serviços de mera ocupação, desconsiderando-os e desrespeitando-os de forma inconcebível e desprezível.

Importa aqui perguntar o que significa e o que são os bombeiros para a sociedade? O que estes significam para a população? Serão descartáveis? Será justo e correcto desembaraçarem-se de forma vilipendiosa de homens e mulheres que durante anos a fio dedicaram do seu tempo, e deram a sua segurança e bem-estar, à salvaguarda dos outros? O Governo PS, pode e deve ter em linha de conta estas preocupações.

Da parte do STML, realizam-se e preparam-se neste momento reuniões com os vários grupos políticos com assento na Assembleia da República para corrigir e reverter algumas das medidas que o actual Governo quer impor, principalmente no campo da aposentação, que ofende os bombeiros profissionais, sinónimo de um total desrespeito, não só pelos trabalhadores, mas também pela segurança das populações e do próprio país.



O STML com os trabalhadores do município

Ao longo dos últimos meses, muitos foram os locais de trabalho visitados pelo Sindicato, procurando conhecer, intervir e fazer um ponto de situação sobre os problemas que mais preocupam os trabalhadores e quais os melhores caminhos visando a sua resolução. Uma estratégia que não dispensa, antes obriga, ao envolvimento dos principais interessados, isto é, os próprios trabalhadores, independentemente da carreira onde estão integrados ou da categoria que detenham.

O STML esteve no Palácio do Machadinho (DMC), avaliando o processo de mudança para a CM da Boavista. Na Hemeroteca, auscultando os trabalhadores sobre as suas condições de trabalho e sobre a forma como é tratado o respectivo espólio. Também esteve na Biblioteca Palácio das Galveias, onde o desrespeito do Executivo pelos trabalhadores, utentes e visitantes deste espaço, não deixa margens para dúvidas. São muitos os problemas a que urge dar resposta.

No Departamento de Marca e Comunicação, prestou os esclarecimentos sobre as mais variadas matérias, em função das preocupações dos respectivos trabalhadores. Realizou-se plenário na Junta de Freguesia do Parque das Nações, em que estiveram trabalhadores de várias carreiras, expondo os seus problemas e as suas dúvidas, muitas delas circundando o famigerado sistema de avaliação (siadap).

Calcorreou uma parte dos serviços instalados no Edifício Municipal da Rua Alexandre Herculano, perspectivando-se para breve, ouvir os restantes trabalhadores, da Mobilidade ao Desporto. Esteve com os profissionais da Protecção Civil, no Monsanto, onde foi relembrado os compromissos assumidos pela CML e até agora por cumprir, aquando da sua saída da Praça de Espanha. Contactou os trabalhadores do Edifício Central do Campo Grande, local de trabalho que deverá merecer do Sindicato uma atenção maior e mais regular, se considerarmos que aqui estão reunidos mais de 1.500 trabalhadores, sendo por isso o maior local de trabalho da autarquia.

Visitou, ouviu e debateu com os trabalhadores dos vários gabinetes de bairro da Gebalis, definindo prioridades de intervenção junto do Conselho de Administração (CA) da empresa face aos problemas identificados. Reuniu com trabalhadores da SRU, empresa municipal com novas competências, assumindo uma dimensão crescente, com o correspondente aumento do seu quadro de pessoal. No horizonte a possibilidade de apresentar ao seu CA uma proposta de Acordo de Empresa, salvaguardando direitos e rendimentos, garantindo igualdade de tratamento e justiça.

Entre Julho e Novembro, o STML irá aprofundar este trabalho, não desvalorizando os necessários acompanhamentos nos processos que envolvem o Complexo Municipal da Boavista (com vários serviços aqui instalados); no Edifício do Entreposto ou no Complexo Municipal dos Olivais 2 (agora COR), valorizando também a parte administrativa do DIEM e dos serviços da Metrologia; na DSHS (medicina do trabalho), face a uma mudança de instalações no horizonte, da qual se conhecem poucos pormenores; passando uma vez mais pelas cinco Unidades de Intervenção Territorial (UIT); também no Edifício Municipal da Bela Flôr ao Departamento de Formação (Rua António Patrício). Idêntico processo se irá realizar nas Juntas de Freguesia, como no Lumiar, Benfica, São Vicente, entre outras.

O Sindicato tem bem presente as suas inúmeras e gigantescas responsabilidades perante o compromisso assumido com os trabalhadores do município de Lisboa, estejam na câmara, junta ou empresa municipal. Contudo, só com o seu envolvimento, activo, responsável e construtivo conseguimos, todos, sindicato e trabalhadores, alcançar os objectivos que no tempo e no espaço se consideram prioritários, no campo dos direitos e condições de trabalho, relacionando, porque de uma relação umbilical se trata, a exigência por serviços públicos de qualidade, acessíveis e para todos.



A erosão da memória histórica e

Nos últimos meses, temos assistido a um crescente desassossego envolvendo os trabalhadores, instalações, respectivos acervos e espólios, sob alçada da Direcção Municipal, responsabilidade do Pelouro da Cultura. Em risco, a memória histórica e o património cultural da nossa cidade, Lisboa! Numa síntese, que em nada procura desvalorizar os sérios e vastos problemas que ao Sindicato foram dados a conhecer, sublinhamos negativamente os seguintes casos.

Na Biblioteca-Museu «República e Resistência» (BMRR)

Após anos de desinvestimento, de desinteresse criado artificialmente, ergue-se no horizonte o encerramento de um dos espaços da cidade onde se encontra um dos mais importantes acervos conhecidos, nomeadamente sobre a história do século XX, com especial relevo para o período da I República e II Guerra Mundial e da resistência à ditadura fascista (com exemplares únicos em Portugal). No Bairro do Rego foi instalada a BMRR. Paralelamente, secundariza-se o conhecimento e experiência dos respectivos trabalhadores, com pouco ou nenhum envolvimento neste processo. Sinónimo de um Executivo que, para além de desvalorizar a memória histórica, defrauda quem é fundamental na salvaguarda do nosso passado. Se desconhecermos o que fomos, não percebemos o que somos e o que podemos ser amanhã.

Motivos, mais do que suficientes, para o STML solicitar à respectiva Vereadora uma reunião de carácter urgente. A mesma teve lugar a 3 de Julho. Das preocupações e sensibilidades alicerçadas numa retórica mais do que expectável, o que sobressai desta reunião é uma intenção de desresponsabilização da CML, não excluindo, nesta fase, a possível transferência para a gestão da Junta de Freguesia das Avenidas Novas deste equipamento. Uma opção política, já em si negativa, agravada com a falta de respostas concretas sobre o futuro do espólio da BMRR, quer durante o período de encerramento (um ano?) por motivo de obras, quer após a sua conclusão.

Nas palavras da Vereadora, a ideia “do fim de um ciclo”, subentendendo-se que o que foi considerado importante no passado, poderá não sê-lo no presente... Uma tese que não acolhe qualquer simpatia da parte do STML, até porque o passado histórico não se desvaloriza, independentemente de quadro valorativo que cada um defende, integrado numa força política ou a título pessoal. A História não se apaga! Muito menos podem os vários *itens* que lhe dão conteúdo e significado (coleções, monografias, publica-

ções, exemplares únicos, etc., etc...), que devem estar acessíveis e à disposição do público, especializado ou não, serem depositados num qualquer recanto da cidade, para esquecimento e degradação deliberada até à sua destruição definitiva! Obrigatório e urgente, a salvaguarda das várias plataformas documentais que consubstanciam e nos concedem o rigor e veracidade histórica. Algo neste momento completamente descurado pelo executivo municipal.

Neste sentido, a CML, através do Pelouro da Cultura, parece querer reescrever uma nova história, onde valores ideológicos suportados numa lógica estritamente quantitativa (leia-se meramente economicista), se levantam contra os interesses da cidade, da sua população, sem esquecer os trabalhadores, até agora os únicos capazes, mesmo num quadro incrivelmente difícil, em demonstrar responsabilidade e competência na defesa da História secular, de valor incalculável e multidisciplinar que enquadra e nos permite conhecer e apreender, em primeiro lugar, a identidade colectiva de uma cidade, mas também de um povo e do seu país, face a um espólio, em diversas categorias de carácter único em Portugal, que extravasa largamente as fronteiras geográficas de Lisboa.

Nesta reunião, foi igualmente questionado pelo Sindicato, os inúmeros problemas (resumidos mais à frente neste artigo), que marcam negativamente a Biblioteca Palácio das Galveias e os seus trabalhadores. Da parte da Vereadora e da Chefe de Divisão (DGB), foram dadas, uma vez mais, respostas vagas. No essencial, apontam-se responsabilidades alheias pelos problemas identificados, nomeadamente da empresa contratada para a realização das obras que reabilitaram este equipamento (reaberto em 2017), ou envolvendo a incapacidade de outras orgânicas da CML, como a DMMC (ex-DMPO) ou da DMRH, quando se aponta o problema da falta de pessoal.

As explicações dadas ao Sindicato, descrevem, no essencial, um quadro argumentativo pobre, constrangedor e, principalmente exasperante face a problemas que carecem de soluções imediatas e não tanto de um discurso bem-intencionado que, sendo agradável ao ouvido, nada resolve na prática.

A CML não é a soma das suas partes, mas antes um todo que pode e deve saber responder aos problemas e desafios que enfrenta, em última análise, criados por si mesma. Como tal, da sua exclusiva responsabilidade, se considerarmos as opções políticas que no campo da cultura foram sendo assumidas pelos vários Executivos que se sucederam no tempo.



do património cultural da cidade

Na Biblioteca Palácio Galveias

Além da enorme carência de pessoal, muitos são os problemas a nível de saúde, segurança e higiene no trabalho nestas instalações. Nos pisos 0, 1 e 2, observam-se infiltrações e correntes de ar. No piso 1, consta-se a deterioração dos frescos. Nos pisos 1 e 2, existe desperdício de água proveniente da tipologia e falta de afinação das torneiras existentes. A climatização é desadequada. Existem diversos retentores das portas inoperacionais. Assiste-se à queda de estuque no piso 1. Vão-se repetindo os casos de fuga de água nas casas-de-banho, além de problemas com os respectivos autoclismos. Situação que provoca com alguma recorrência o encerramento das instalações sanitárias.

Por outro lado, o número de casas-de-banho é insuficiente. Verifica-se que o sistema AVAC (ventilação e ar condicionado) é insuficiente, criando consideráveis diferenças de temperatura. As portas e janelas, apesar de salvaguardarem a herança histórica do edifício, não garantem a climatização desejada. A iluminação é deficiente em algumas partes do edifício.

Os alarmes de incêndio, para além de estarem avariados, também não possuem ligação aos bombeiros, colocando em risco o espólio de aproximadamente 64 mil livros. Riscos acrescidos com as infiltrações no edifício junto de caixas de eletricidade e computadores, colocando também em causa a segurança de trabalhadores e munícipes.

Considerando as características do edifício e a dinâmica da biblioteca (actualmente com uma média de 870 visitantes/dia), um vigilante é claramente escasso para garantir a segurança das pessoas e bens. Inexistência de um plano de evacuação em caso de emergência.

Na Hemeroteca Municipal (HM)

Espaço onde se encontram pouco mais de uma dezena de trabalhadores, claramente em número insuficiente face ao necessário. Laboram em condições onde se multiplicam as infiltrações, sem casas-de-banho próprias, além da má, ou mesmo inexistente climatização em certas zonas do equipamento. Somam-se as condições impróprias em que o respectivo espólio é acondicionado (publicações periódicas – jornais, revistas, etc. – remontando, em alguns casos, até ao século XVIII). Num edifício habitacional, contrariando o recomendado, usando espaços, criados originalmente para lojas, que servem de arquivo quando o seu propósito foi sempre outro... Não esquecemos o Depósito que se encontra numa garagem (!) algures nos Olivais, sujeito a

humidades, infiltrações e até ao risco eminente de curto-circuito (leia-se potencial incêndio). Que tipo de preservação julga o Executivo alcançar nestas condições?

No Arquivo Municipal de Lisboa (AML)

Nos últimos dois anos, o STML, em conjunto com os trabalhadores do AML, tem desenvolvido um conjunto de iniciativas, de protesto, denúncia, mas também de proposta, que procuram sensibilizar o Executivo sobre a necessidade urgente em criar na cidade um Arquivo Histórico digno, funcional e acessível, capaz de albergar muitas das valências desarrumadas por Lisboa, algumas em risco de perderem irreversivelmente os seus respectivos espólios, face ao actual estado de conservação do edificado. Obviamente, a reabilitação do Alto da Eira não é, nunca foi, e nunca será a solução, em parte ou na totalidade, para este problema.

Para além do 'histórico' do AML, referimo-nos ao acervo do **Arquivo do Arco do Cego, da Videoteca ou do Arquivo Fotográfico**. É a conjugação multidisciplinar destes vários arquivos num edifício único, criado ou reabilitado neste propósito, respeitando todas as regras e normas estruturais e arquivísticas (nacionais e internacionais), que tem motivado os trabalhadores e Sindicato num périplo, ainda por concluir, de reuniões com as várias forças políticas eleitas para os dois principais órgãos de Lisboa (Câmara e Assembleia Municipal). Entre Maio e Junho, foi possível reunir com os vereadores do PCP, do PSD e do CDS-PP. Com os eleitos da Assembleia Municipal, reuniu-se com os grupos políticos do PCP, PEV, CDS-PP, PS, BE e PAN. Em suma, todos estão sensíveis para esta problemática, considerando ser este um assunto que a todos diz respeito. Mas, como diz um conhecido provérbio, de "boas intenções, está o inferno cheio". Cabe ao actual Executivo, em última análise, decidir e avançar com as medidas necessárias que permitam as respostas que os trabalhadores, munícipes, investigadores ou utentes dos vários arquivos, e agora a maior parte dos eleitos da cidade, exigem. O tempo escasseia e a cada dia que passa, um pedaço da História da cidade se perde... irreversivelmente.



STML reúne com a chefia dos Espaços Verdes

O STML tem estado a trabalhar na resolução dos vários problemas que afectam os trabalhadores dos espaços verdes da CML. Da reunião de 8 de Abril com a respectiva Direção Municipal, à reunião a 4 de Junho com a Divisão de Manutenção e Requalificação da Estrutura Verde (DMREV), pouco ou nada se avançou face aos conteúdos que consubstanciaram o Caderno Reivindicativo deste sector profissional, entregue ao Executivo de Fernando Medina em Janeiro de 2018.

Na reunião de Junho, foi comunicado ao sindicato que se perspectiva no horizonte investimentos e melhoramentos em diversas instalações. Contudo, o contexto em que as prioridades de intervenção estão a ser equacionadas, levantam-nos algumas dúvidas. Matérias que deverão merecer um debate sério, em tempo oportuno, com os responsáveis hierárquicos e políticos da CML.

Neste momento e em resumo, repetem-se obstáculos de ordem financeira, de carácter burocrático, ou de falta de vontade política para solucionar adequadamente e em tempo útil, os problemas deste sector, como a falta de pessoal, fardamentos e EPIs, formação profissional, ausência de investimento em meios materiais e mecânicos, entre outros. Para Outubro, prevê-se nova reunião de trabalho.

Respostas aos problemas dos trabalhadores das oficinas do DRMM...

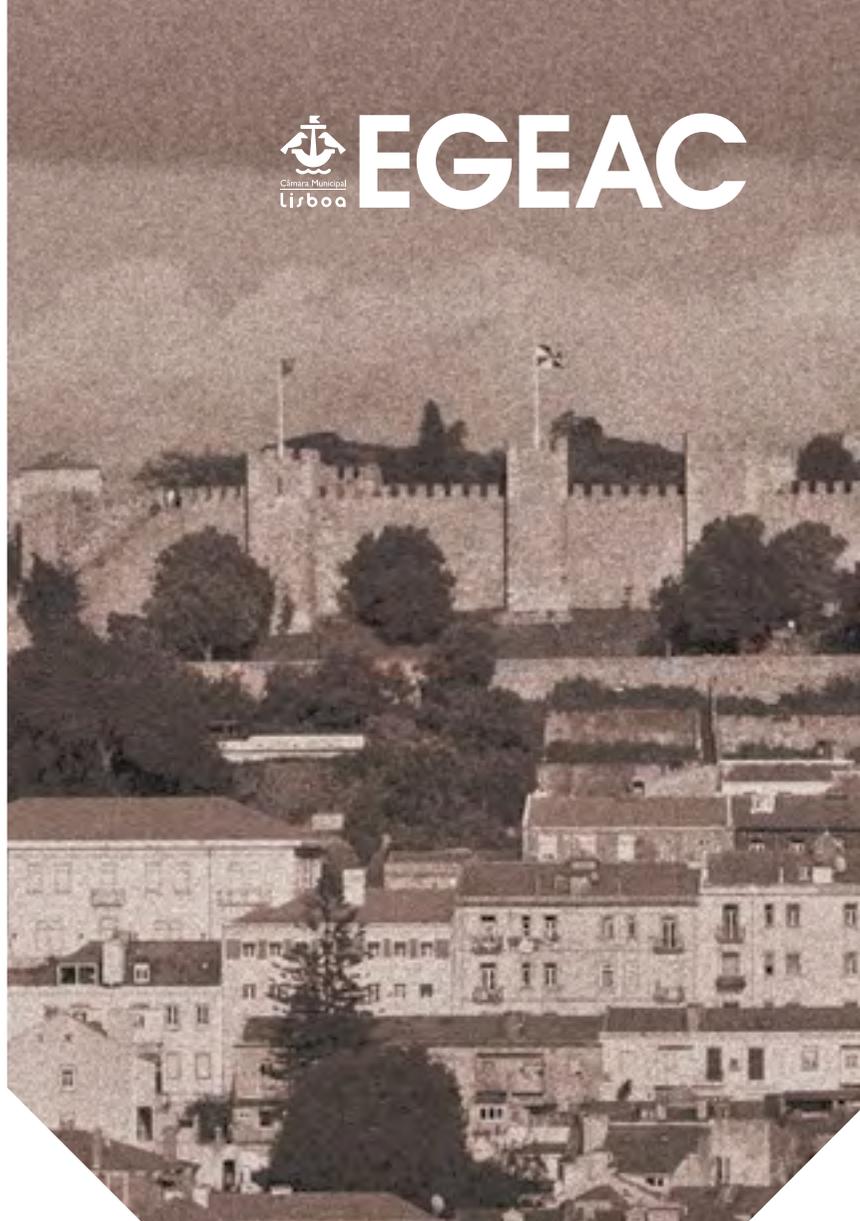
A 29 de maio, os trabalhadores das oficinas e armazéns do DRMM reuniram-se nos Paços de Concelho, tendo sido aprovada uma Resolução onde se sintetizou os vários problemas, incompreensivelmente sem resposta, apesar de conhecidos e comunicados há meses (em Outubro de 2018, depois a 28 de Janeiro e a 8 de Abril em reuniões com as chefias deste serviço).

A resolução foi entregue a um assessor do Presidente da CML, tendo o STML na reunião pública de câmara, que se realizou no fim desse dia, reproduzido as reivindicações dos trabalhadores (foram inclusive distribuídas cópias da resolução a todos os vereadores).

Como consequência desta acção, a 26 de Junho, o Vereador Carlos Castro deslocou-se às oficinas do DRMM para averiguar no local os problemas que carecem de resposta. Aguardamos agora que a CML proceda às intervenções necessárias que de uma vez por todas, salvguarde as condições de saúde e segurança no trabalho, além de respeitar os direitos destes trabalhadores.

Não esquecemos ainda, a urgência em reforçar o número de operacionais, nas várias profissões existentes nas oficinas, além de agilizar a entrega e/ou substituição de fardamentos, indispensáveis ao trabalho diário nas oficinas.

Os trabalhadores não irão baixar os braços, e o Sindicato não deixará de intervir até que todas as respostas exigidas, tenham significado na prática, ou seja, sejam visíveis e palpáveis. Cansados estamos todos, dos discursos de boas intenções e sensibilidade apurada, mas sem correspondência através de medidas concretas.



As recomendações do STML ao CA da Gebalis

O STML reconhece o investimento que a Gebalis tem vindo a fazer, principalmente nos últimos cinco anos, no sentido de melhorar as condições de trabalho, assim como o esforço na redução dos riscos psicossociais no ambiente laboral da empresa. No entanto, ainda não foram garantidas, por exemplo, todas as condições de segurança consideradas desejáveis.

São muitos os factores que contribuem para a saúde mental e bem-estar dos trabalhadores. O trabalho prestado em condições de segurança é um deles. Ela é essencial para um bom ambiente de trabalho e, consequentemente, para um local de trabalho saudável. Neste sentido, o STML está a realizar visitas a todas as instalações no âmbito da Segurança, Saúde e Higiene no Trabalho.

Deste trabalho, resultou um 'relatório', no qual são avançadas um conjunto de recomendações (enviado em fins de Junho ao Conselho de Administração – CA), nomeadamente:

1. Replicar em toda a empresa o modelo adotado nos Gabinetes de Bairro (GB) das Olaias, Oriente, Boavista e Bela Vista. Estes GB têm um balcão de atendimento com uma área separada para atendimentos mais reservados, uma sala de espera e um espaço para pessoas com mobilidade reduzida. O mesmo modelo significaria uma grande evolução nas condições presentemente oferecidas nos GB da Horta Nova, Ameixoeira, Alta de Lisboa, Vale de Alcântara e Alfinetes;
2. Resolver as situações de postos de trabalho em espaços provisórios. É o caso do GB do Bairro Padre Cruz;
3. Resolver as situações de locais com más condições de trabalho, através da realização de obras ou promovendo a transferência dos trabalhadores para um local condigno. (ênfatisando o caso concreto da equipa de electricidade);
4. Deslocar para bairros menos críticos, em termos de segurança e protecção dos profissionais, os GB a funcionar actualmente em bairros problemáticos, com registo de crimes e ofensas à integridade física dos trabalhadores. Os GB da Ameixoeira e do Vale de Alcântara ilustram bem esta preocupação;
5. Criar saídas de emergência, além de respeitar o Plano de Emergência, conforme o regulamentado, em todos os locais de trabalho;
6. Criar em todos os locais de trabalho um espaço reservado ao armazenamento e arrumo de material inflamável e tóxico, que deve estar devidamente identificado;
7. Remover todas as barreiras existentes nas passagens entre postos de trabalhos, nos corredores e espaços comuns.

O STML irá aprofundar este trabalho de proximidade com os trabalhadores. Sempre na perspectiva da defesa dos seus direitos e interesses.

EGEAC: negociação salarial anual a marcar passo

A 5 de Julho, teve lugar mais uma ronda negocial entre o STML e o Conselho de Administração (CA), sobre os aumentos salariais para 2019.

Alavancando o conceito de negociação, ou seja, obter os acordos possíveis, cedo se percebeu pelo decorrer da reunião, que o CA se mantinha inflexível na sua posição, já transmitida nas reuniões anteriores (25 de Fevereiro, 27 de Março e 27 de maio). Em suma, à proposta do Sindicato, a contraproposta do CA continua a ter como possível referência a taxa de inflação para este ano (~1%).

O Sindicato apresentou no início do ano a proposta inicial – 4% com mínimo 62€ –, à qual se somou novas reconfigurações (depois de debatidas e consensualizadas com os trabalhadores), visando no essencial uma aproximação à posição da EGEAC. Por seu lado, o CA recusou fazer o mesmo caminho, isto é, nunca apresentou outra proposta que não fosse indexar o valor de um possível aumento salarial à taxa de inflação.

Torna-se assim difícil afirmar que estamos perante um processo negocial, principalmente quando umas das partes se mantém irredutível na sua posição. Alega o CA motivos de ordem orçamental. Um 'argumento' que todos bem conhecemos... Tendo em conta que o STML não estava mandatado para acordar um valor tão disforme face à proposta-base, irá debater com os trabalhadores os caminhos a seguir.

Para inícios de Setembro, prevê-se nova ronda negocial. Contudo, face à estratégia negocial do CA, será inevitável importar uma certa sensação de *déjà vu*...



Os “Ladrões de Pensões” continuam a rondar...

O Plano Europeu de Pensões Pessoais (PEPP) foi aprovado a 4 de Abril no Parlamento Europeu (PE) com 388 votos a favor (PSD e CDS incluídos), 139 abstenções (incluindo PS), e 143 votos contra, com os votos dos deputados da CDU e do BE.

Tal decisão mereceu clara e imediata reprovação por parte da CGTP e Inter-Reformados. Com este PEPP, pretendem impor aos Estados membros o alargamento do negócio dos fundos de pensões, pela criação de um sistema pensões individuais em regime de capitalização, à escala europeia. Este projecto foi iniciado pela Comissão Europeia (CE) em 2016, um ano após a BlackRock (BR), a maior empresa do mundo na gestão de fundos ter apresentado um documento designado “A união dos mercados de capitais: uma perspectiva de investidor” onde propunha que a União Europeia (UE) criasse um fundo de pensões pessoais transfronteiriço. Esta empresa americana contrata ex-governantes e tem participações em mais de 17.000 empresas espalhadas pelo mundo. Em Portugal, participa no capital da maioria das empresas do PSI 20, nomeadamente EDP, BCP, NOS, CTT e Jerónimo Martins. Esta última, detentora da Fundação Francisco Manuel dos Santos que recentemente patrocinou um “estudo” sobre segurança social, com larga projecção mediática, onde apresentava um cenário catastrófico que, a ser levado a sério, iria impor a inevitabilidade de “reformas” radicais no nosso sistema de pensões. Nada disto surge por acaso...

Há denúncias de grande promiscuidade entre a BR e altos quadros da CE, nomeadamente com o vice-presidente Dombrovskis, o mesmo que em 2016 propunha sanções a Portugal e Espanha por falhas nas metas do défice.

Segundo estimativas da CE, esta medida agora aprovada, pode atingir 240 milhões de cidadãos europeus, sendo que o mercado dos fundos de pensões pode triplicar: de 700 mil milhões de euros para 2,1 biliões, em 2030.

Será preciso muita ingenuidade para acreditar que esta nova legislação europeia é motivada por uma real preocupação com os rendimentos e o nível de vida dos reformados. O verdadeiro objectivo é criar um vasto espaço de negócio para o sistema financeiro e sua especulação bolsista, com base nas contribuições de milhões de trabalhadores; é abrir caminho à privatização (total ou parcial) da segurança social onde este sistema ainda é público, solidário e universal, como é o caso do nosso país.

Na UE há muito que se defende a realização de “reformas” nos sistemas de pensões públicos, argumentando com a sua insustentabilidade resultante do envelhecimento populacional e simultaneamente da necessidade em reduzir a despesa pública. Escondem deliberadamente outros factores essenciais, como sejam: crescimento económico sustentado, com uma valorização salarial que promova o aumento do consumo, implicando o aumento do investimento e o crescimento do emprego estável e com direitos. Sem esquecer outras fontes de financiamento há muito propostas pela CGTP-IN e sempre ignoradas, como sejam contribuições sobre o valor acrescentado líquido nas grandes empresas de tecnologia intensiva e com poucos trabalhadores.

Estamos perante mais uma tentativa de assalto à Segurança Social. Temos de lhe dar combate.

Fontes: www.cgtp.pt; DN, AbrilAbril, Público.

Piquenique anual do STML

Realizou-se a 30 de Junho o tradicional piquenique anual, dirigido aos associados e respectivos familiares. Nos *Olhos de Água*, Concelho de Alcanena, espaço banhado por uma praia fluvial do Rio Alviela, reuniram-se dezenas de amigos dentro de um espírito de amizade e camaradagem que só um sindicato com mais de quatro décadas de História, consegue proporcionar. Para o ano, lá estaremos novamente, todos juntos dando força ao nosso, ao vosso Sindicato.





Sindicatos da Administração Pública contestam a política do Governo PS

A Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública (FC-SAP), que o STML integra, entregou a 18 de Junho, uma petição (com perto de 30 mil assinaturas) na Assembleia da República reclamando a valorização dos salários, a relevância de todos os pontos e progressividade na carreira e a proporcionalidade dos níveis da Tabela Remuneratória Única (TRU).

O governo insiste, no aumento da primeira posição da TRU para os 635€, em subtrair os pontos detidos pelos trabalhadores, vedando assim o seu direito de progressão. A FCSAP considera uma injustiça e uma violação de um direito consagrado na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas.

Um exemplo:

1. Um trabalhador que em 2018 estivesse a receber 580 euros, e com 10 pontos de avaliação, por via do descongelamento das progressões nas carreiras, passaria sempre para os €635,07;
 2. Com a decisão do Governo para 2019, perde esses pontos;
 3. Os trabalhadores que ganhavam €580,00 e tinham menos de 10 pontos, passam a auferir os mesmos €635,07 e também perdem os pontos;
 4. Qualquer trabalhador que seja agora contratado, não terá um vencimento inferior a €635,07, progredindo na carreira apenas em 2029, quando perfizer 10 pontos de avaliação (sendo a regra geral um ponto por ano);
 5. Os trabalhadores com 10, 20 ou mais anos de antiguidade, ganham o mesmo que um trabalhador contratado em 2019....
- Acresce que aquele salário, apesar de ser o mínimo atribuível, corresponde ao da 4.ª posição da TRU, pelo que mantém formalmente as 3 primeiras posições dessa Tabela, todas inferiores ao salário mínimo nacional, o que não só viola o artigo 148.º da LTFP, como destrói a proporcionalidade, entre cada nível, imposta pelo artigo 147.º da mesma lei.

Motivos que justificaram a entrega da referida petição, exigindo ao governo:

- a) medidas no sentido de dar relevância de todos os pontos obtidos na respectiva avaliação de desempenho para efeitos de progressão;
- b) revisão da TRU, com níveis salariais que respeitem a proporcionalidade imposta pela LTFP, com o valor inicial fixado em € 650,00;

- c) eliminação das injustiças salariais e respeito pelos direitos constitucionalmente consagrados de retribuição, segundo o princípio de que para trabalho igual salário igual.

Plenários Nacionais de Sindicatos da CGTP-IN

A 12 de Junho e depois a 5 de Julho, realizaram-se em Lisboa os encontros nacionais de sindicatos da CGTP-IN, onde se debateram matérias como a organização sindical, sindicalização, reforço dos vários níveis da Central – Sindicatos, Uniões e Federações -, balanço do até agora realizado e ações para o futuro imediato, além do próprio Congresso previsto para inícios de 2020, ano em que a CGTP-IN completa meio século de existência.

Da análise à situação política nacional, aos avanços e recuos nos direitos dos trabalhadores, seja no sector privado ou público, muito foi aprofundado nestes dois encontros do maior movimento social português, que contou com a participação de dirigentes, delegados e activistas sindicais de norte a sul do país.

Realce-se que, mesmo num contexto político onde a constituição de um Governo PS (minoritário), só foi possível pelo apoio da maioria de deputados à esquerda do parlamento (PCP, PEV e BE), é à direita, na sua aliança de décadas com os partidos deste espectro político (PSD e CDS), que o PS converge quando procura aprovar legislação contrária aos interesses dos trabalhadores e do povo português.

Numa contabilização só possível no fim da actual legislatura, ver-se-á quantas vezes o PS se juntou e aprovou medidas com o PSD e CDS e quantas medidas aprovou com a esquerda, PCP, PEV e BE. Obviamente, não incluímos aqui, o que consubstanciou as “posições conjuntas” que o PS assumiu com cada um destes partidos individualmente (PS-PCP; PS-PEV e PS-BE), na prática os acordos dos quais resultaram, na sua quase totalidade, as medidas positivas conhecidas e implementadas nestes últimos quatro anos. Como seria se o PS tivesse maioria...?

Nas mãos dos trabalhadores, na sua capacidade de mobilização e luta, dando mais força aos seus sindicatos, reforçando a sua capacidade de intervenção e negociação, reside o epicentro das transformações que desejamos: mais salário, mais direitos, um futuro e uma vida melhores!



Encontro Nacional de Jovens Trabalhadores

A CGTP-IN realizou no dia 26 de Junho, no Hotel Roma, em Lisboa, um Encontro Nacional de dirigentes, delegados e activistas sindicais, sob o lema “Organizar os Jovens Trabalhadores, Reforçar a Interjovem e os Sindicatos, Avançar na Luta”.

A manifestação da juventude trabalhadora de 28 de Março e as comemorações do 1º de Maio, organizadas pela CGTP-IN em todo o País, dando expressão à luta diária nas empresas e locais de trabalho, ilustraram bem como a vida dos jovens trabalhadores que é marcada pela precariedade, os baixos salários, os horários desregulados e discriminações múltiplas, que põem em causa direitos e garantias com consagração constitucional. Uma realidade que não deixa de se refletir na vida e na organização das estruturas sindicais, em particular das suas estruturas juvenis. Desde a última Conferência da Interjovem/CGTP-IN, por motivos diversos - onde se inclui a emigração - vários membros da sua Direção Nacional saíram dos respectivos sectores profissionais, fragilizando-se assim, a ligação a esses sectores e regiões de origem, por via da estrutura central da Interjovem.

Comprovou-se o papel de rejuvenescimento da estrutura que tem a intervenção junto dos jovens trabalhadores e o trabalho da Interjovem e, hoje, há sete membros da Direção que, não o sendo à data da última Conferência, são actualmente dirigentes sindicais aos mais variados níveis das estruturas sindicais. Este facto mostra as potencialidades que o trabalho específico junto da juventude tem, mas mostra ainda que temos a necessidade de envolver novos quadros.

Desenvolver mais actividade e criar e dinamizar mais e melhor as comissões de jovens, garantindo a sua articulação, envolvi-

mento e acompanhamento por parte das direções das organizações sindicais de onde emanam.

No final do Encontro os jovens trabalhadores saíram à rua e foram em desfile até ao Ministério do Trabalho entregar a Resolução aprovada no Encontro.

Município de Lisboa

É na realidade da câmara municipal e juntas de freguesia, que um grande número de jovens trabalhadores se encontram a trabalhar com vínculos precários. Uma situação de fragilidade, que os empurra para um constante sufoco, seja pela ausência de respeito pelos seus direitos, seja pela forma como são obrigados a encarar o futuro, sempre marcado pela ansiedade e pelo medo, sem garantias e muito menos estabilidade. O STML tem esclarecido dentro do possível, todos os jovens trabalhadores nesta situação. Lembra-se uma ideia-chave: sempre que houver suspeita de qualquer tipo de abuso, contactem o Dirigente e/ou Delegado sindical. Exponham o problema, não fiquem em silêncio. Como muitas vezes afirmamos, “quanto mais enterramos a cabeça na areia, mais porrada sofremos”. O STML cá estará para ajudar, informando e atuando!

Um posto de trabalho de carácter permanente, deve corresponder um vínculo efetivo, no caso da administração pública local, um contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado. É esta a principal exigência que o Sindicato faz junto dos executivos, seja da câmara municipal, seja a nível das juntas de freguesia.

MANIFESTAÇÃO

10 JULHO LISBOA

REVOGAR AS NORMAS ANTI-LABORAIS

AUMENTAR OS SALÁRIOS

VALORIZAR OS TRABALHADORES



Manifestação Nacional da CGTP-IN: por melhores salários e mais direitos!

No passado dia 10 de Julho, milhares de trabalhadores de norte a sul do país, do sector público e privado, concentraram-se na Praça da Figueira, rumando à Assembleia da República. Os trabalhadores do município de Lisboa – câmara, juntas de freguesia e empresas municipais – também marcaram presença, exigindo respostas aos seus problemas e reivindicações.

Se tivermos em linha de comparação a política do anterior governo PSD/CDS (2011-2015), é certo que vivemos nos últimos 4 anos um contexto político mais favorável. Contudo, muito poderia ter sido avançado e aprofundado, mas não...

O governo PS, cego, surdo e mudo, prefere alimentar um caminho gasto sobre política salarial, carreiras, progressões, avaliação do desempenho, profissões de desgaste rápido, suplementos, aposentação, entre muitas outras matérias.

Na administração pública, cerca de 90% dos seus trabalhadores continuam à espera da devida valorização salarial. Há uma década que não há aumentos! Os restantes 10%, que subiram para os 635 euros, viram eliminados os pontos acumulados pela avaliação, que lhes permitiria porventura progredir na carreira. Como consequência, assistiu-se a um nivelamento salarial de trabalhadores com 20 ou 2 anos de casa. Um “nivelamento por baixo” a claramente injusto para os que detêm mais tempo de serviço. Um governo que claramente “dá uma no cravo e outra na ferradura”!

A verdade é que as opções do governo, no que é estratégico e estrutural, são convergentes com as do PSD e do CDS e com os interesses do grande capital. Uns e outros submetem-se às imposições, chantagens e constrangimentos da União Europeia e do Euro, não faltam com o apoio à banca privada e aos banqueiros, para quem nunca faltam milhares de milhões de euros para acudir às fraudes e desmandos de gestões ruinosas, para além da insistência nas Parcerias Público Privadas e outros negócios lesivos do interesse nacional.

Ao mesmo tempo e apesar dos avanços registados, o governo resiste a dar resposta aos problemas prementes dos trabalhadores, do povo e do País. Resiste a dar resposta às necessidades dos serviços públicos e das funções sociais do Estado, designadamente, na Escola Pública, na Justiça, na Cultura, na Habitação, mantém o subfinanciamento crónico no Serviço Nacional de Saúde e nos transportes públicos, não cria condições para melhorar as respostas a dar às populações e mantém em níveis muito baixos as pensões de reforma e as prestações sociais.

Como foi patente em todas as ações de luta que se realizaram desde o início deste ano, no passado dia 10 de Julho, foi inequívoco o grito colectivo que demanda o direito a uma vida digna, respeitando quem trabalha! A luta irá continuar até que sejam dadas respostas sérias no plano dos salários, mas também no contexto da regulamentação e reposição dos direitos há muito reivindicados.



LUMIAR

Depois de um conjunto reuniões com trabalhadores de diversos sectores profissionais, foi possível avançar com um abaixo-assinado sobre a ausência de respostas aos vários processos envolvendo a avaliação de desempenho. Entregue pelos trabalhadores ao Presidente da Junta, foi depois enviado para todos os partidos políticos com assento na Assembleia de Freguesia e Assembleia Municipal de Lisboa.

A consequência não se fez esperar. A 3 de Junho, numa reunião há muito exigida pelo STML, foi possível debater com o Executivo os vários problemas que têm gerado insatisfação no seio dos trabalhadores. Relembramos os principais assuntos debatidos no início de Junho.

Sobre a avaliação, a JF informou ter concluído o processo avaliativo referente aos biénios anteriores (até 2017/2018), tendo assumido a forma de 'arrastamento' face à última nota conhecida de cada trabalhador (independentemente da sua proveniência). Estão pendentes, apenas, os pedidos de ponderação curricular, nomeadamente de 10 assistentes operacionais, 3 assistentes técnicos e 4 técnicos superiores (total de 17 casos). Foram iniciados os procedimentos com vista à constituição de Comissão Paritária, no propósito de responder aos 17 casos conhecidos. Vão iniciar o processo avaliativo referente ao biénio 2019/2020. O STML referiu ainda, a importância dos trabalhadores que através do PREVPAP integraram o mapa de pessoal da Junta a 1 de Janeiro de 2019, lhes ser contado todo o tempo de serviço para efeitos de avaliação.

Sobre o descongelamento das progressões na carreira, assume o Executivo ter procedido ao descongelamento das progressões de todos os trabalhadores que em 2018 atingiram os 10 pontos. Até fins de Junho, deveria ser concluído o processo de 2019, procedendo-se ao respectivo pagamento (faseado), no vencimento desse mês.

Sobre o gozo de férias, assumido está que os trabalhadores que integraram o mapa de pessoal da Junta a 1 de Janeiro de 2019, terão direito às férias e subsídios de férias por inteiro.

Sobre instalações, refere-se o procedimento concursal, com vista à construção de um novo Posto de Limpeza, em Telheiras. Esperam que entre em funcionamento em 2020, com capacidade para 80 trabalhadores. Face ao novo processo de delegação

de competências, e à necessidade de reforço de pessoal, prepararam na Alta do Lumiar, em parceria com a Gebalis, um espaço adequado, com balneário e capacidade estimada para 10 a 15 trabalhadores.

Sobre o Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), celebrado em 2015 entre o STML e o Executivo, estão a ser atribuídos os dias de férias correspondentes (1, 2 ou 3 dias de férias por ano em função da avaliação atribuída, ou seja, adequado/1 ponto, relevante/2 pontos ou excelente/3 pontos) a todos os trabalhadores. O respeito pelo ACEP, nesta matéria, foi assumido pela Junta em termos retroactivos (2016, 2017 e 2018).

No campo da sua **renegociação,** e tendo aceite o Executivo as propostas do STML, aguarda-se a sua celebração formal. Relembramos que está em causa a atribuição de 3 dias de férias por ano com avaliação positiva; atribuição de um dia de descanso compensatório por trabalho em dia feriado; o alargamento dos dias de nojo e a institucionalização do dia de aniversário, da tolerância de carnaval e de um fim-de-semana (sábado e domingo) de descanso obrigatório por mês (esta última matéria em torno da realidade específica da Limpeza Urbana).

CAMPOLIDE

Os meses passam, mas os problemas dos trabalhadores da freguesia de Campolide continuam a ser ignorados por quem tem a responsabilidade de os solucionar. Em Novembro, e agora em Junho, os trabalhadores concentraram-se à porta da sede da Junta.

Unidos e a uma só voz reivindicaram aos responsáveis políticos que assumam os seus compromissos e que deem em tempo útil as necessárias respostas.

A última reunião plenária (a 19 de Junho) serviu para aprovar uma *resolução* onde se sintetizam as suas principais reivindicações. Resolução entregue ao Executivo de Campolide.

Problemas, tais como:

- Nem todos os trabalhadores receberam a informação relativa ao número de pontos que lhes foram atribuídos na avaliação de desempenho (SIADAP);
- A Junta não cumpre com o que está determinado na Lei, quanto à afixação, até ao fim do mês de Abril, dos mapas de férias nos postos de limpeza;



- O STML continua a verificar a falta do pagamento do trabalho extraordinário aos trabalhadores acidentados, nomeadamente a média realizada antes do acidente incapacitante;
- A Junta de Freguesia de Campolide insiste em manter vínculos precários com trabalhadores que executam funções que correspondem a necessidades permanentes;
- Mantêm-se as más condições de trabalho das equipas de cantoneiros que trabalham na zona da Praça de Espanha;
- Verifica-se, ainda, a quase total ausência de investimento em materiais e meios mecânicos, indispensáveis a um serviço público de qualidade, concretamente na área da higiene urbana.

Acresce a ausência de resposta:

1. Às péssimas condições de trabalho dos trabalhadores operacionais dos jardins e espaço público (instalados na Serafina). Situação que já conduziu o STML a apresentar queixa à ACT.
2. À proposta de renegociação do ACEP (enviado pelo STML a 28.11.18).

Em Campolide, só o caminho da união, confiança e luta poderão desbloquear o que o Executivo da Junta se recusa a resolver. O STML, como sempre, estará ao lado dos trabalhadores.

ALVALADE

A 3 de Julho foi finalmente celebrado o novo Acordo Colectivo de Empregador Público (ACEP), com a Junta de Freguesia de Alvalade. As negociações tiveram início em Novembro de 2018, por iniciativa do STML. Apesar de não ter sido possível atingir todos os objectivos, consideramos o resultado positivo. Os trabalhadores de Alvalade passam, a partir de agora, a ter **mais três dias de férias** desde que obtenham avaliação (SIADAP) positiva. Garantida também a tolerância no dia de Carnaval e no dia 24 de Dezembro, além de atribuição de um dia de luto, no caso do óbito de tios ou sobrinhos.

SANTA MARIA MAIOR

A 14 de Maio ocorreu uma reunião com o Presidente de Santa Maria Maior e com a vogal responsável pela Higiene Urbana. Foram abordados novamente os problemas dos diversos postos de limpeza. Mantendo-se a situação num impasse, o STML irá proceder nova queixa junto das autoridades competentes

(ACT). A 24 de Junho, reunimos com a responsável dos Recursos Humanos. Sobre as avaliações 2017/18, está a ser feito o 'arrastamento' da avaliação de 2015/16. Aos trabalhadores que em 2019 obtiveram 10 pontos, espera a Junta pagar em Julho, com os respectivos retroactivos. Sobre as dúvidas levantadas pela autarquia ao direito a férias dos trabalhadores que entraram em Outubro de 2018, pelo PREVPAP, o STML informou que irá requerer formalmente a atribuição dos dias de férias a que têm direito. Voltamos a criticar os erros que a Junta faz, face ao pagamento do suplemento nocturno e do trabalho extraordinário, ficando de se agendar nova reunião para resolver este problema.

Saúde e Segurança no Trabalho (SST): o desrespeito como norma nos postos de limpeza das juntas de freguesia

Nalgumas Juntas, o Executivo desrespeita os interesses dos trabalhadores promovendo (por opção, inércia ou desconhecimento) a falta de condições de trabalho e ignorando o bem-estar dos trabalhadores e até o cumprimento legal em matéria de SST.

É patente a falta de investimento nos locais de trabalho: na aquisição de máquinas e equipamentos de trabalho adequados ou na fraca ou nula manutenção de instalações e equipamentos. A falta de manutenção nos edifícios e, principalmente, dos equipamentos neles instalados, colocam em causa, não só a sua funcionalidade, mas também a saúde e segurança dos trabalhadores. Sendo ainda um contributo para uma má prestação do serviço público.

O STML tem acompanhado estes problemas, nomeadamente com a realização de visitas aos locais de trabalho, plenários com os trabalhadores e nalguns casos apresentando queixa junto da Autoridade para as Condições de Trabalho (ACT).

O STML exige para todos os trabalhadores:

1. O direito à prestação de trabalho em condições que respeitem a sua segurança e a sua saúde, asseguradas pelo empregador.
2. O cumprimento da legislação em vigor, que contém as especificações adequadas à prevenção de riscos profissionais e à protecção da saúde.
3. A realização de obras/alterações que contribuam para a salvaguarda dos direitos dos trabalhadores e das condições de saúde e segurança no trabalho.



Por uma (verdadeira) política de esquerda

A 6 de Outubro, o país vai a votos. Apesar de estarmos em tempo de férias, é tempo para fazer uma reflexão séria sobre aquilo que poderá vir a ser o futuro imediato dos trabalhadores e do povo português.

Cada acto eleitoral é absolutamente determinante para definir aquilo que serão os nossos próximos anos. Perante tantos discursos facilitadores e soluções milagrosas para os problemas que afectam o país e o mundo, é necessário que cada um de nós faça uma reflexão clara sobre o passado próximo para projectar um futuro mais promissor, lembrando que, em democracia, o valor do voto é essencial para ser inocuamente dispensado.

O que está em causa nas próximas legislativas de Outubro é um novo parlamento e, conseqüentemente, uma nova solução governativa decorrente da correlação de forças resultante do escrutínio. E, se há quatro anos essa correlação significou uma derrota histórica da direita (PSD/CDS), nada poderá fazer crer que uma verdadeira solução de esquerda não seja possível para Portugal.

Necessariamente, uma verdadeira política de esquerda significa um reforço assinalável das forças políticas progressistas, ou seja, aquelas que, pela sua acção política, social e sindical, estão ligadas ao que de mais positivo aconteceu aos portugueses nos últimos quatro anos. Não tenhamos ilusões sobre o que seria o PS a governar a partir de um parlamento com maioria à direita. Foi o resultado de intensas negociações entre as várias forças políticas com assento parlamentar, nomeadamente com as de esquerda (BE, PCP, Verdes), que permitiu a tomada de um conjunto de medidas que influenciaram positivamente o nível de vida dos trabalhadores e do povo português.

Apesar do muito que ficou por fazer ao longo destes quatro anos, após a política de destruição da direita (PSD/CDS com FMI/BCE/UE), importa lembrar o aumento do salário mínimo nacional, a reposição das 35 horas da jornada de trabalho e dos vencimentos, subsídios, pensões e complementos retirados aos trabalhadores da Administração Pública e do Sector Empresarial do Estado, o programa de combate à precaridade na Administração Pública, o aumento extraordinário de pensões, a gratuitidade dos manuais escolares em toda a escolaridade obrigatória, a gratuitidade de entrada nos museus e outros equipamentos nacionais aos domingos e feriados ou a drástica redução do preço dos passes sociais e sua reconversão num título único nas grandes áreas metropolitanas, com enorme repercussão, não só nos orçamentos de largos milhares de famílias, como em todo o ambiente das grandes cidades.

E estas são apenas algumas das largas dezenas de medidas consumadas durante o governo PS que apenas se tornaram possíveis pela acção e pela luta das forças de esquerda com representação parlamentar. Sem esquecer, evidentemente, a acção concreta dos trabalhadores nos seus postos de trabalho, nas suas empresas ou através dos seus sindicatos de classe, sendo de inteira justiça sublinhar o papel determinante da CGTP-IN.

É importante não esquecer que cada conquista foi apenas um pequeno passo para a prossecução de uma verdadeira política de esquerda. Os retrocessos e as investidas da direita estarão sempre à espreita pelo que, a 6 de Outubro, cada um de nós terá na sua mão a oportunidade de fazer ainda mais pelo futuro do país, pelos direitos dos trabalhadores e de todo o povo português.